

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Fernanda Elaine Nunes Vieira

**POSSIBILIDADES DE USO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS  
COMO FORMA DE REGISTRO NA CONCEPÇÃO DAS  
PROFESSORAS DO PRIMEIRO CICLO DA UMEI GRAJAÚ**

Belo Horizonte

2015

Fernanda Elaine Nunes Vieira

**POSSIBILIDADES DE USO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS  
COMO FORMA DE REGISTRO NA CONCEPÇÃO DAS  
PROFESSORAS DO PRIMEIRO CICLO DA UMEI GRAJAÚ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Sandro Vinícius Sales dos Santos

Belo Horizonte

2015



Fernanda Elaine Nunes Vieira

**POSSIBILIDADES DE USO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS  
COMO FORMA DE REGISTRO NA CONCEPÇÃO DAS  
PROFESSORAS DO PRIMEIRO CICLO DA UMEI GRAJAÚ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Sandro Vinícius Sales dos Santos

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Sandro Vinícius Sales dos Santos – Faculdade de Educação da UFMG

---

Tânia Aretuza Ambrizi Gebara – Centro Pedagógico da UFMG

## AGRADECIMENTO

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS, por ser essencial. Durante toda a Especialização enfrentei os maiores obstáculos da minha vida, mas DEUS permitiu que tudo isso acontecesse me mostrando em todos os momentos que é o maior mestre. Me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Agradeço aos meus pais, irmãos, esposo e sobrinhos que nos momentos de minha ausência sempre entenderam e me incentivaram a seguir em frente, em especial a minha irmã Patrícia, que dedicou se incondicionalmente nos cuidados com o João Maurício possibilitando a realização de mais um sonho.

Ao meu filho João Maurício que mesmo tão pequeno me guiou com os brilhos nos olhos me incentivando a chegar ao final.

Agradeço as amigas Cida e Grace pela parceria, apoio e cumplicidade na realização deste projeto

Finalmente, ao meu orientador Sandro Vinícius que com maestria, paciência e muita sabedoria me orientou para a realização do mesmo.

Amo vocês!

## RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso apresenta um estudo sobre os recursos audiovisuais como registro na concepção de professoras da Educação Infantil do Primeiro Ciclo (zero a dois anos), idealizado e desenvolvido a partir de vivências na UMEI Grajaú, em Belo Horizonte.

Mediante a observação percebe-se que o esvanecimento do uso dos recursos audiovisuais está intimamente relacionado com a ausência de prática e experimentação por parte das professoras como a sua formação cultural e com o tipo de avaliação ofertado pela instituição. Assim, estabeleceremos relação entre o recurso audiovisual e as múltiplas concepções de avaliação possíveis na educação infantil.

Almejamos ampliar o pensamento sobre as possibilidades da utilização dos recursos audiovisuais para que o mesmo seja ofertado como mais um instrumento de avaliação.

Conclui-se ser preciso registrar, fotografar, filmar, utilizar-se dos recursos audiovisuais objetivando sempre uma reflexão sobre a praxe pedagógica e uma avaliação contínua a fim de avaliar não só as crianças, mas também o seu percurso. Os registros audiovisuais devem ser compartilhados entre todos os envolvidos na prática mediante autorização prévia para fins estritamente pedagógicos. Muito se tem a avançar, afinal educar demanda tempo e paciência na busca de aulas mais interativas e inovadoras.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, avaliação, audiovisual.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
1.1. <i>Educação Infantil</i> .....	10
1.2. <i>Professora para a educação infantil</i> .....	12
1.3. <i>Avaliação na educação infantil: primeiro olhares</i> .....	14
1.4. <i>Instrumentos de avaliação</i> .....	19
2. PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	23
2.1. <i>Escolha dos instrumentos</i> .....	23
2.2. <i>Caracterização da UMEI Grajaú</i> .....	24
2.3. <i>Apresentação das professoras participantes do estudo</i> .....	37
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	40
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

## INTRODUÇÃO

Partindo do princípio que a avaliação é fundamental para o trabalho docente na educação infantil (principalmente no que diz respeito ao registro e acompanhamento do desenvolvimento da criança), percebe-se que em muitas instituições ainda não existe uma forma sistemática de realizá-la. Muitas vezes, quando há registros das práticas, esses assumem um caráter de avaliação do comportamento e não do desenvolvimento das crianças. Isso contraria a conceituação contemporânea da educação infantil, pois, nessa etapa da educação básica, a avaliação deve propiciar a construção de um olhar global sobre o desenvolvimento da criança e, dessa forma, a observação e a utilização de diversos tipos de registro deve fazer parte dos instrumentos utilizados para avaliar o desenvolvimento das crianças de até seis anos de idade.

Balizado por um referencial teórico sobre a avaliação na Educação Infantil (HOFFMAN, 2000) esse trabalho visa contribuir para uma melhor compreensão dos processos avaliativos na educação infantil, identificando a forma como esta é concebida e desenvolvida pelas professoras das turmas do primeiro ciclo da Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Grajaú (docentes das turmas de zero a dois anos) analisando propostas, e os instrumentos utilizados por elas para avaliar o desenvolvimento das crianças e, além disso, propondo novas formas e instrumento de avaliação num processo reflexivo que contou com a participação de toda a instituição sobre as possibilidades de registro por meio de materiais audiovisuais.

A partir da análise do trabalho pedagógico desenvolvido pelo corpo docente, percebemos algumas dificuldades no que diz respeito ao planejamento pedagógico, organização dos tempos e dos espaços na rotina estabelecida pela instituição. As professoras tinham como norte um quadro de horários para a utilização dos espaços da UMEI Grajaú e o desenvolvimento das atividades era feito de forma isolada, ficando o planejamento pedagógico em segundo plano. Além de tal planejamento, em sua maior parte, ser focado em datas comemorativas, pode dizer que muitas ações não tinham intencionalidade, sendo realizadas aleatoriamente. Dessa forma, a instituição busca avaliar as crianças por meio de relatórios semestrais que são entregues aos pais e anexados ao diário.

A utilização dos recursos audiovisuais como instrumento de avaliação, justifica-se pelo fato de que o uso da tecnologia como recurso didático apresenta-se como um grande desafio na atualidade uma vez que, existe uma grande dificuldade por parte do professor em conseguir aliar os recursos audiovisuais à prática pedagógica. Diante dessa realidade, o estudo ora apresentado, objetivou analisar a possibilidade da utilização do registro audiovisual, por professoras do primeiro ciclo da educação Infantil na UMEI Grajaú.

Assim, identificamos como questão de fundo em nosso problema de pesquisa o que, conseqüentemente, também fora debatido no âmbito da realização do plano de ação, a forma como as professoras avaliam as crianças no cotidiano da UMEI e os instrumentos utilizados por elas no âmbito do trabalho pedagógico.

Diante do exposto, este estudo objetivou descrever e analisar as possibilidades do uso do vídeo como forma de registro/avaliação na visão dos professores de 0 a 2 anos e, mais especificamente: identificar em que medida (se usam, como usam) as professoras usam o vídeo e a fotografia como forma de

registro e sugerir estratégias para possibilitar o uso do vídeo como instrumento de registro.

No capítulo 1 apresentamos o referencial teórico sobre a Educação Infantil em consonância com a legislação, destacando um breve histórico sobre a educação da criança pequena no Brasil, a caracterizando-a a partir dos pressupostos legais. Também sistematizamos a noção contemporânea de professoras para Educação Infantil e os primeiros olhares para a avaliação na primeira etapa da educação básica. Ainda no presente capítulo, são apresentados os instrumentos de avaliação, a utilização do recurso audiovisual como forma de registro e o vídeo na Educação Infantil.

No capítulo 2 serão apresentados os percursos metodológicos, a caracterização da UMEI Grajaú, as escolhas dos instrumentos de produção de dados e uma breve apresentação das professoras participantes do estudo.

No capítulo seguinte, encontram-se as análises e as discussões dos dados da pesquisa. Finalmente, apresento as considerações finais.

## CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. *Educação Infantil*

A história da educação infantil é relativamente recente no país. O aumento da demanda por instituições de educação infantil é decorrente da inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho. A partir desse fenômeno surgiram as instituições de educação infantil com caráter puramente assistencial.

A Educação Infantil deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas. (LOPES, MENDES e FARIA, 2006). Segundo Kuhlmann, (2003, p.469):

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

Vista num sentido mais restrito a Educação Infantil designa a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio, ou seja, trata-se do período de vida escolar em que se atende pedagogicamente crianças entre 0 e 5 anos de idade no Brasil, lembrando que nesta faixa etária as crianças ainda não estão submetidas a obrigatoriedade escolar<sup>1</sup>. A Constituição de 1988 define de

---

<sup>1</sup> De acordo com as novas ementas da LDB, a partir do ano de 2016, as crianças de 4-5 anos de idade serão obrigadas a frequentar uma instituição pública de educação infantil, de acordo com a lei



forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas sendo como educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV). A partir da Constituição de 1988, é que a Educação Infantil reconheceu um direito próprio da criança pequena que era o direito à creche e à pré-escola por meio de concepção pedagógica e não mais assistencialista. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

Foi na Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional, (LDB No 9394/1996), que o termo Educação Infantil ganhou a forma mais favorável à criança pequena desde que existe legislação Nacional no Brasil. A Educação Infantil é, portanto, um direito da criança, dever do Estado e opção da família.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) denomina a instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos de Creche, e a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade de Pré-escola. de acordo com a LDB, sobre a Educação Infantil, essa lei resolve no artigo 29 que, a Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. Já no artigo 30 fica claro que a oferta de Educação Infantil será em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro cinco anos de idade. Por último, no artigo 31, a avaliação na Educação Infantil será realizada mediante acompanhamento e registro do seu

---

nº 12.796. essa lei deriva da emenda constitucional nº 59 que amplia a obrigatoriedade da educação de nove para 11 anos, subentendo que são dois anos de obrigatoriedade de frequência na educação infantil, nove anos de ensino fundamental e três de ensino médio.

desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para acesso ao Ensino Fundamental.

#### **4.2. Professora para a educação infantil**

Diante deste contexto de transformações na legislação educacional brasileira o Ministério da Educação passou a atribuir nova formação e, consecutivamente, nova identidade para as profissionais que trabalham nas instituições de educação infantil: caracterizadas como docentes, sua formação dar-se-á em nível superior, admitindo-se como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade Normal (LDB, 1996). Silva e Vieira (2008) chamam a atenção para o fato da formação profissional das professoras de educação infantil se basear nas especificidades da faixa etária atendida em instituições de cuidado e educação, ressaltando que uma formação sólida é a base para a elaboração de uma proposta pedagógica que contemple as especificidades da criança de zero a cinco anos:

Os estudos sobre a educação infantil, mais especificamente aqueles que tratam dos (as) profissionais que atuam ou que virão a atuar nessa etapa da educação básica, têm ressaltado a especificidade do trabalho com crianças de 0 até 6 anos de idade em instituições educativas. Têm enfatizado, também, a necessidade da construção de um projeto educativo, entendido como um conjunto de ações, situações e experiências com e para as crianças pequenas que favoreça o seu desenvolvimento global e sua participação na cultura (SILVA e VIEIRA, 2008, p. 23).

Uma vez considerada a primeira etapa da Educação Básica e tendo profissionais com formação qualificada para tal função (agora professores, mesmo que com formação mínima – magistério em nível médio) as profissionais de educação infantil devem elaborar seus planejamentos de modo a considerar a realidade social das crianças. Na elaboração e implantação das práticas pedagógicas as docentes da educação infantil devem contemplar as funções de

cuidado e educação. Para Campos (1994) a noção contemporânea de cuidado é parte integrante do educar, e neste sentido, a criança, desde o princípio de seu desenvolvimento, requer uma variedade ampla de “condições, contatos e estímulos, por parte do ambiente que a circunda” (CAMPOS, 1994, p. 34). Para a autora, tal perspectiva é

coerente com a moderna noção de "cuidado" que tem sido usada para incluir todas as atividades ligadas à proteção e apoio necessárias ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, enfim, "cuidar", todas fazendo parte integrante do que chamamos de "educar" (CAMPOS, 1994, p. 34).

A autora ainda acrescenta que esta nova visão busca contribuir para a superação da dicotomia entre o que habitualmente denominamos "assistência" e educação, uma vez que, todas as crianças têm estas necessidades e, se todas, nos tempos atuais, têm seu direito à educação pública e de qualidade reconhecido, todas as instituições que as atenda devem levá-las em conta ao determinar seus objetivos e seu currículo.

A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é um desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e Federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades tanto na formação continuada (em serviço) ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores, quanto na formação inicial no ensino médio e superior. No que se refere à formação continuada, convivemos na educação infantil com paradoxos: diferentes instâncias e instituições que atendem as crianças de 0 a 6 anos fazem exigências distintas de formação inicial e do processo de formação continuada dessas profissionais.

Segundo Nunes (2005), resoluções e deliberações estaduais e municipais confrontam-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, gerando nos profissionais que trabalham em creches e pré-escolas incertezas quanto ao que lhes será exigido em relação à formação inicial e ao processo de formação continuada. A formação da professora de educação infantil deve proporcionar às crianças “um atendimento que integre os aspectos físicos, cognitivos, linguísticos, afetivos e sociais da criança entendendo que ela é um ser indivisível” (BRASIL, 2009).

#### **4.3. Avaliação na educação infantil: primeiros olhares**

A avaliação na Educação Infantil se configura como uma apreciação das professoras sobre o desenvolvimento das crianças de modo a contribuir com este processo no sentido de mediar ações educativas que favoreçam a ampliação da experiência de meninos e meninas (HOFFMANN, 2000).

Consideramos a avaliação como um conjunto de práticas formais e informais presente em todos os momentos da vida e, em nossa prática, percebemos que ela ainda é vista como um tema controverso, que exige muita pesquisa e reflexão por parte dos educadores e especialistas, principalmente na Educação Infantil, onde encontramos poucos estudos relacionados ao tema.

O *status* colocado legalmente para a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica é um reconhecimento social que reflete uma concepção de que educação começa nos primeiros anos de vida. Isto representa um marco histórico para a educação infantil brasileira, pois após essa colocação legal a educação das crianças até os seis anos é vista, assim como o ensino fundamental, como um direito público subjetivo assegurado na Constituição Federal (CF/88), reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) e traduzido em

diretrizes e normas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e com a Emenda Constitucional 59/2009 que torna obrigatória a frequência à pré-escola (a partir de quatro anos). De acordo com a LDB/96, na Seção II (Da Educação Infantil), do capítulo II 12 (Da Educação Básica):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, Lei 9394/96)

Na Resolução 05/09 do Conselho Nacional de Educação que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, temos:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V - a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, Resolução 05/09)

Hoffmann (2000) aponta a existência de práticas avaliativas e classificatórias em creches e pré-escolas. Segundo a pesquisadora:

o modelo de avaliação classificatória se faz presente nas instituições de educação infantil quando, para elas, avaliar é registrar ao final de um semestre (periodicidade mais frequente na pré-escola) os “comportamentos que a criança apresentou”, utilizando-se, para isso, de listagens uniformes de comportamentos a serem classificados a partir de escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu; muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco e; outras. (HOFFMANN, 2000, p.12)

Quando falamos de avaliação na Educação Infantil, precisamos repensar as posturas e práticas para que possamos definir melhor nossos objetivos e ações. Uma discussão que antecede a polêmica da avaliação é problematizar os currículos que as instituições têm ofertado às crianças. Será que o currículo dialoga com as especificidades de desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas? Corroboramos a ideia de que a avaliação deve ser realizada de forma processual, através da observação e do registro das experiências, reações e avanços para que seja possível uma sistematização do trabalho cotidiano da educadora e da criança.

Hoffmann (2000) diz que:

a avaliação em educação infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento e de reflexão permanente sobre as crianças em seu cotidiano, como elo na continuidade da ação pedagógica. (HOFFMANN, 2000, p.48)

Nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, existe a indicação de que a avaliação seja realizada de forma processual e utilizada para auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças. Neste documento, a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças (BRASIL, 1998). É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que as docentes acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem.

Assim, a prática de avaliação se torna investigativa e mediadora, ao invés de sentenciadora e constatativa, “porque é a dimensão da interação adulto/criança que justifica a avaliação em educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o que ela é ou não capaz de fazer”. (HOFFMANN, 2000, p.15). Hoffmann (2000) afirma que

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sócio-cultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas. Natural, portanto, que o panorama da avaliação, em educação infantil, expresse um cenário de muitas interrogações e indefinições quanto a uma concepção dessa prática, uma vez que encerra análises e reflexões referentes ao próprio significado da educação infantil, à representação de criança, e aos caminhos a serem trilhados para um efetivo trabalho pedagógico. (HOFFMANN, 2000, p.7)

A autora assegura que já houve muitos avanços nesse sentido e podemos dizer que estes se revelam indícios de um fazer intencional e reflexivo de muitos educadores, mas, de uma forma geral, ainda se faz necessário a construção de concepções claras a respeito da avaliação para que essa possa expressar a essência pedagógica na Educação Infantil. Hoffman (2000) afirma ser urgente analisar o significado da avaliação no contexto próprio da educação infantil, resgatando os seus pressupostos básicos, principalmente porque nessa fase, a avaliação não se constitui numa obrigatoriedade do sistema oficial de ensino.

É preciso, portanto, ressignificar a avaliação em educação infantil como acompanhamento e oportunização ao desenvolvimento máximo possível de cada criança, assegurando alguns privilégios próprios dessa instância educativa, tais como o não-atrelamento ao controle burocrático do sistema oficial de ensino em termos de avaliação, e a autonomia em relação à estrutura curricular (HOFFMANN, 2000, p.14).

Para a autora, a ação avaliativa é a mediação entre a criança, sua realidade e o espaço institucional, onde está inserido o educador com suas impressões de mundo, suas concepções a respeito das crianças e seu entendimento do papel da Educação Infantil. Hoffmann (2000) afirma que há muitas dificuldades e resistências entre os educadores na elaboração de relatórios de avaliação porque tal ação exige estudo, tempo e muita observação das crianças.

Vemos que a avaliação é presente no dia-a-dia da instituição de educação infantil, à medida que o educador analisa as atitudes das crianças, pensando em como trabalhar as atividades. Dessa forma, a avaliação acontece antes do trabalho com as crianças, porque o educador se prepara, escolhe histórias, planeja jogos e atividades prevendo as possibilidades e reações das crianças. Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil:

A observação das formas de expressão das crianças, de suas capacidades de concentração e envolvimento nas atividades, de satisfação com sua própria produção e com suas pequenas conquistas é um instrumento de acompanhamento do trabalho que poderá ajudar na avaliação e no replanejamento da ação educativa. (BRASIL, RCNEI 1998, vol.2, p.65)

Este documento nos indica que o objeto da avaliação são as situações de aprendizagem que foram oferecidas as crianças e não elas. “Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela” (BRASIL, 2009, p.66).

Segundo os Referenciais Curriculares para Educação Infantil:

As situações de avaliação devem se dar em atividades contextualizadas para que se possa observar a evolução das crianças. É possível aproveitar as inúmeras ocasiões em que as crianças falam, lêem e escrevem para se fazer um acompanhamento de seu progresso. A observação é o principal instrumento para que o professor possa avaliar o processo de construção da linguagem pelas crianças. (BRASIL, RCNEI 1998, vol.3, p.157)



De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, as instituições de cuidado e educação na contemporaneidade são responsáveis por criar procedimentos para avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças. Essa avaliação deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. (BRASIL, 2009).

Hoffmann (2000) nos diz que os registros de avaliação são significativos quando procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, bem como sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com ela. Para Hoffmann (2000), o acompanhamento permanente da ação da criança e da evolução do seu pensamento, no sentido de mediar à ação, favorece desafios, tempo, espaço e segurança nas experiências. Temos assim, uma visão do desenvolvimento global da criança, sendo os diferentes aspectos do desenvolvimento indissociáveis.

#### **4.4. Instrumentos de avaliação**

Historicamente, desde o surgimento da escola como instituição socialmente indicada para socialização das crianças, a avaliação tem sido realizada por meio de juízos de valores formulados pelos (as) professores (as), orientados (as).

O registro pode acontecer através de diferentes instrumentos, como, por exemplo: fotografias, portfólios, relatórios diários e gerais, desenhos, avaliação do dia pelas crianças, dentre outros. O importante é pensar no significado dos registros e como eles podem apontar caminhos para melhor conhecer e acompanhar o desenvolvimento das crianças. (LOPES, MENDES e FARIA, 2006, p.74)

A princípio precisamos ter uma definição de onde nos encontramos e o lugar onde queremos chegar e só assim traçarmos o percurso e a escolha dos instrumentos de avaliação que utilizaremos para alcançar o nosso objetivo que está diretamente ligado as capacidades e habilidades que pretendemos desenvolver nas crianças de acordo com a faixa etária das mesmas.

A escolha dos recursos audiovisuais como forma de registro facilita na construção diária da autonomia por meio de atitudes colaborativas e reflexivas na busca da superação de desafios vindouros próprios de cada etapa.

Diante do exposto, espera-se contribuir para o desenvolvimento integral da criança sempre rodeado por uma relação de afeto entre todos os sujeitos envolvidos não só no processo de avaliação, mas em toda a praxe pedagógica culminando no desenvolvimento global da criança. O registro audiovisual viabiliza o trabalho de reflexão posterior e análise com observações dos fatos ocorridos durante toda a rotina perpassando por todas as linguagens possibilitando a articulação das mesmas, independente de ser uma linguagem oral, musical, corporal, plástica visual, matemática, digital ou mesmo o brincar com ou sem alguma intencionalidade explícita.

Por meio do registro audiovisual o professor tem a possibilidade diária de reflexão sobre a sua prática tendo mais clareza do seu percurso possibilitando a autoavaliação por meio de ressignificação da sua prática de forma consciente e

eficaz. O ato de registrar está fortemente ligado ao ato de avaliar, são indissociáveis por possibilitar avanços e retrocessos direcionando novas possibilidades como instrumentos de avaliação possibilitando o replanejamento das ações.

Os registros audiovisuais possibilitam ainda, a sistematização do conhecimento uma vez que evidenciam de forma rápida e precisa se os objetivos propostos foram atingidos ou não sempre de forma contextualizada.

Desse ponto de vista, pensamos que o uso do vídeo em sala de aula, pode ser considerado como uma forma potente de registro, pois permite à professora de educação infantil uma visão mais acurada das crianças e de suas relações (com outras crianças, com os adultos da instituição, com os conhecimentos derivados de suas relações com os aspectos do mundo físico e do mundo natural). Aliás, conforme sugere a professora de Artes Terezinha Guerra, registrar é uma faceta típica dos seres humanos. Segundo ela:

*Pois é, basta nascermos e alguém já corre a providenciar nosso registro! Outros tantos virão pela nossa vida afora, memórias vivas do que já fomos ou fizemos: diplomas, certidões, certificados e quantas e deliciosas fotos de aniversários, formaturas, casamentos, natais, viagens... E nossos diários e agendas de adolescentes? Quantos registros de momentos mágicos, de sonho e também de tristezas, na época parecendo insuperáveis? Sim, somos seres de registros, precisamos deles! Aliás, segundo Vygotsky, o que nos diferencia dos animais é o exercício do registro. Desde os tempos mais remotos, em que nossos ancestrais desenharam nas paredes das cavernas até os dias de hoje, em que grafiteiros pintam os muros das grandes cidades, o ser humano sente a necessidade de deixar sua marca por onde passa. Histórias gravadas em pedras, papéis, filmes, fotos... Enquanto educadores também são agentes de uma história compartilhada por dezenas de crianças e, nesse percurso, deixamos marcas, elaboramos registros... (Terezinha Guerra, 1998).*

Os registros audiovisuais são instrumentos importantes para registrar a vida do grupo de crianças com as quais trabalhamos na educação infantil. Têm como objetivo desenvolver nos professores a sensibilidade de observar as crianças de modo contextualizado, alimentando sua a capacidade de compreender a

experiência educacional de meninos e meninas. Constituem-se como um instrumento de troca, partilha, comunicação, memória, análise e reflexão que pode favorecer a prática avaliativa, por ser um interessante instrumento de parceria com as famílias. Assim, os familiares podem tanto acompanhar o trabalho do grupo através que foi ali registrado e coletado quanto podem se envolver na sua elaboração ou avaliação.

## **CAPÍTULO 2 – PERCURSOS METODOLÓGICOS**

### ***2.1. Escolha dos instrumentos***

A busca de realização dos objetivos estabelecidos nos orientou para a adoção da abordagem qualitativa cujo objetivo é: “[...] a compreensão, exploração e especificação do fenômeno, uma vez que o pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações.” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1995, p.42). A abordagem qualitativa, ao procurar dar voz e vez a todas as pessoas envolvidas nas relações sociais existentes, representa, em parte, o ideal democrático que encerra o pensamento e a atitude sociais almejados.

Utilizamos a pesquisa qualitativa para a realização deste trabalho acadêmico, visando a uma melhor compreensão das experiências que contribuem para as possibilidades do uso do Registro Audiovisual como instrumento de avaliação na visão dos professores de zero a dois anos.

Primeiro realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto, em seguida foram aplicados questionários junto às professoras das turmas do primeiro ciclo da educação infantil. Em seguida realizou-se uma entrevista que foi guiada por um roteiro semiestruturado. Por último, foi realizada uma entrevista coletiva com os professores do primeiro ciclo. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram um contato maior com os entrevistados, oportunizando também uma flexibilidade relevante frente às respostas dadas, por não haver uma sequência rígida de perguntas. A entrevista feita com o uso de um gravador forneceu maior liberdade no relato das experiências e expectativas dos interlocutores, facilitando a captação das experiências vividas.

Outros instrumentos de produção de dados foram utilizados nessa pesquisa. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo auxiliar no desenvolvimento do processo de documentação do projeto. A maioria desta documentação foi organizada em portfólios individuais e/ou da turma.

## **2.2. Caracterização da UMEI Grajaú**

A UMEI Grajaú está localizada na rua Santa Inês 67, na Vila São Jorge, Morro das Pedras Belo Horizonte . Nessa instituição são atendidas crianças de 0 a 6 anos em horário integral, isso pelo fato das famílias necessitarem desse atendimento por questões de vulnerabilidade ou trabalho.

A UMEI Grajaú possui profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento das crianças cuidando e educando as mesmas tendo o brincar como elemento mediador das relações entre as crianças e entre estas e os adultos. Desse modo, crianças, professoras, funcionários e gestão, todos têm contribuído para que de fato a aprendizagem seja privilegiada.



*Figura 1: Hall de entrada: autora com o seu filho aluno da turma de dois anos*



*Figura 2: Primeiro acesso a escola, portão principal  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*



*Figura 3: Faixada interna escola*  
*Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

A instituição é subdividida em três pavimentos, no primeiro encontra-se o hall de entrada, cozinha, refeitório, e dois banheiros um para funcionários e outro para visitantes (pais, fornecedores), encontra-se também a secretaria da escola. O acesso ao segundo pavimento pode ser feito por meio da escada ou elevador.





*Figura 4: Corredor de acesso externo ao refeitório  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*



*Figura 5: Espaço externo do Primeiro Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

O segundo pavimento é o andar onde está localizado no Primeiro Ciclo (Berçário, turma de um ano e turma de dois anos), sendo que nesse andar é disponibilizada uma sala para cada turma.



*Figura 6: Banheiro das crianças do Primeiro Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

A UMEI possui banheiros feminino e masculino com sanitários e pias adaptados às crianças. Os banheiros também são equipados com trocadores, chuveiros e espelhos. As crianças do berçário possuem um lactário com pia, micro-ondas e utensílios específicos destinados a alimentação dos bebês. No espaço destinado ao berçário, encontra-se o fraldário e a sala de estimulação conjugada (com a sala de repouso).



*Figura 7: Espaço externo para o Primeiro Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Existe ainda um pequeno espaço não coberto e sem estrutura apropriada para crianças do primeiro ciclo, mas, devido a ausência de espaços alternativos na UMEI esse espaço é utilizado como pátio sendo também utilizado para deslocamento de pessoas e para a locomoção entre as salas de atividades deste pavimento.





*Figura 8: Parquinho momento da rotina das crianças do Primeiro Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Neste pavimento, encontra-se a sala dos professores (com uma estante de livros didáticos destinados a pesquisa e de livre acesso os docentes que podem utilizá-los no horário de estudo (ACEPATE) ou levá-los para a casa). A sala dos professores possui mobiliário específico para os adultos com mesas, cadeiras e armários individuais para cada professor.



*Figura 9: Biblioteca destinada aos alunos do Primeiro Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Ainda no segundo pavimento encontram-se a sala da direção/coordenação e uma pequena biblioteca improvisada na sala da coordenação para utilização das crianças do primeiro ciclo.

No terceiro pavimento encontram-se as salas de atividades do segundo ciclo: (destinadas às crianças 3, 4 e 5 anos) uma sala para cada idade. As salas são improvisadas e não atendem as normas específicas em relação ao número de crianças/espço.



*Figura 10: Sala de Multiuso*  
*Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Foi adaptada uma sala que funciona como multiuso. Esta sala possui DVD e televisão, instrumentos musicais e colchões. Neste espaço, a turma de cinco anos aproveita para dormir na hora do almoço. Neste andar existem banheiros femininos e masculinos, mas não possuem estrutura para a realização de banhos.





*Figura 11: Espaço coberto destinado aos alunos do Segundo Ciclo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Existe um pátio com uma pequena parte coberta entre as salas, local utilizado para a realização dos recreios, possuem duas casas de plástico onde as crianças brincam, algumas fantasias, alguns brinquedos como jogos de construção e encaixes, bambolês, fantasias, velotróis, panelinhas e outros brinquedos relacionados aos jogos e motricidade. Ainda neste espaço existem armários de funcionários. No terceiro pavimento existe também um depósito de material pedagógico. No corredor entre o portão de entrada/saída do terceiro andar e o elevador foi adaptada uma pequena biblioteca com estantes, tapetes, almofadas e um considerável acervo da literatura infantil.



*Figura 12: Mercadinho*

*Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Ao lado desta biblioteca separada por estantes possui um mini mercadinho também. Nas paredes deste espaço, foram colocados murais e varais para a exposição de trabalhos realizados por crianças e/ou professoras.

A rotina da UMEI inicia às 07h20min e vai até às 17h20min. Atualmente, a UMEI atende 97 alunos em período integral. Possui 31 professoras concursadas, três cozinheiras, quatro auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, dois vigias distribuídos nos turnos da manhã, intermediário e tarde. O quadro administrativo é composto por uma vice-diretora, duas secretarias, três coordenadoras e 16 funcionários pertencentes ao Caixa Escolar. Possui duas secretárias, duas auxiliares de apoio a inclusão e três monitoras.

O quadro de horários tanto com atividades pedagógicas quanto as atividades de higiene e alimentação, como refeições, repousos, utilização dos espaços externos, multiuso e biblioteca são organizados pelas coordenadoras por



turno a partir das especificidades de cada turma. As auxiliares de inclusão atendem as turmas três e quatro anos. As Monitoras atendem as turmas do berçário, um ano e dois anos.



*Figura 13: Brincadeiras espontâneas  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

A proposta pedagógica apresentada pela UMEI tem como principal objetivo nortear o trabalho pedagógico a ser desenvolvido na escola. Tratando se de uma sugestão flexível com a possibilidade de ser modificado sempre que necessário.



*Figura 14: Contação de História*  
*Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Nessa perspectiva a UMEI conta com o esforço e a participação de todos os profissionais na superação dos obstáculos e das dificuldades do processo administrativo, do pedagógico, das relações interpessoais dentro da instituição.

É analisando e pensando sobre o trabalho pedagógico, que torna possível perceber os sucessos, os fracassos e as incertezas e certezas. Uma instituição de ensino precisa ter claro, sobre o que fazer para oferecer uma educação de qualidade, para atender as necessidades das crianças e dar suporte aos educadores e “acolher” as famílias, tarefa que torna-se possível quando fundamentada na construção contínua de práticas favoráveis.

### 2.3. Apresentação das professoras participantes do estudo

As professoras participantes do estudo são todas do sexo feminino. Possuem idade compreendida entre 37 e 55 anos, portanto a média de idade das docentes da UMEI Grajaú é de 49 anos de idade. Isso fica visível na tabela a seguir:

*Tabela 1: Professoras da UMEI Grajaú e respectivas idades*

<b>Professora</b>	<b>Idade</b>
Professora Amanda	39
Professora Beth	41
Professora Carla	54
Professora Denise	39
Professora Elaina	55
Professora Fabíola	44
Professora Guilhermina	39
Professora Hortência	37
Professora Ilma	37
Professora Jocélia	38
Professora Karolina	47
Professora Luana	55

Fonte: levantamento elaborado pela pesquisadora

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Do ponto de vista da formação, um número significativo de professoras possui graduação (geralmente em Pedagogia) o que extrapola a formação inicial exigida no âmbito do concurso público (técnico na modalidade Normal). Desse modo, das 12 professoras que participaram deste estudo, 8 possuem formação em nível superior como apresenta a tabela a seguir:

*Tabela 2: Nível de formação das professoras da UMEI Grajaú*

<b>Nível de formação</b>	<b>Quantidade</b>
Formação em nível médio (técnico na modalidade Normal)	4
Formação em nível superior (Licenciatura em Pedagogia)	8
<b>Total</b>	<b>12</b>

Fonte: levantamento elaborado pela pesquisadora

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Ainda de acordo com a formação das professoras, das oito que possuem graduação em Pedagogia, cinco afirmam possuir pós-graduação em nível de

especialização (*lato sensu*) em áreas específicas da educação e ou correlatas, como por exemplo: psicopedagogia; didática; para citar algumas das áreas de formação. Uma das professoras que possui curso de Licenciatura em Pedagogia afirma também possuir outra graduação em Psicologia.

Do ponto de vista do tempo de trabalho na educação infantil, as professoras afirmam possuir uma significativa experiência profissional quando analisado o tempo de serviço por elas já desenvolvido. A experiência profissional (relatada em tempo de serviço) das professoras varia entre 1 e 19 anos. No caso específico de atuação na UMEI Grajaú varia ente 1 e 7 anos de atuação, conforme a tabela a seguir:

*Tabela 3: tempo de trabalho das professoras na educação infantil*

<b>Professora</b>	<b>Tempo de atuação na EI</b>	<b>Tempo na UMEI Grajaú</b>
<b>Professora Amanda</b>	19	1
<b>Professora Beth</b>	1	1
<b>Professora Carla</b>	6	2
<b>Professora Denise</b>	5	1
<b>Professora Elaina</b>	1	1
<b>Professora Fabíola</b>	7	7
<b>Professora Guilhermina</b>	12	2
<b>Professora Hortência</b>	14	2
<b>Professora Ilma</b>	5	1
<b>Professora Jocélia</b>	17	2
<b>Professora Karolina</b>	5	1
<b>Professora Luana</b>	5	1

Fonte: levantamento elaborado pela pesquisadora  
 Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Se partirmos do princípio que a educação infantil pública ofertada pela PBH, data de pouco mais de dez anos, muitas dessas professoras acumulam experiência profissional em instituições privadas, filantrópicas e ou comunitárias. Desse modo, pensamos que essas profissionais podem contribuir muito no que concerne à discussão e reflexão sobre o uso do vídeo como possibilidade de registro na educação infantil, pois, muitas docentes vivenciaram, em certo sentido, as transformações da área da educação infantil.

A seguir, apresento as análises dos dados produzidos por meio das entrevistas com as professoras.

### CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir das entrevistas realizadas com as professoras do primeiro ciclo da Educação Infantil na UMEI Grajaú, foi possível perceber que as mesmas apresentam vários pontos de sintonia em suas falas. Quando perguntadas sobre o que elas concebiam como avaliação, as professoras demonstraram que compreendem a avaliação como um processo no qual as professoras podem acompanhar e contribuir com o desenvolvimento das crianças. Segundo as professoras:

*“Eu avalio as crianças a partir da observação diária e toda a trajetória delas” (Professora Amanda).*

*“A avaliação na Educação infantil precisa ser contínua e tem que valorizar todos os aspectos do desenvolvimento da criança” (Professora Beth).*

*“Eu acho que a avaliação precisa ser utilizada em todo o processo, no dia - a dia e não apenas como finalização” (Professora Guilhermina).*



*Figura 15: Bolinha de sabão: momento de observação das crianças  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*



Trajatória, processo e continuidade – expressões presentes nas falas dessas professoras - dão a ideia de uma avaliação que é o registro de um percurso (seja formativo ou do próprio desenvolvimento das crianças). Hoffmann (2000) afirma que avaliar não significa realizar julgamentos, mas sim acompanhar a trajetória vivida pelas crianças com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das crianças. Segundo a autora:

*Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento [...] Avaliar não é fazer um diagnóstico de capacidades, mas acompanhar a variedade de ideias e manifestações das crianças para planejar ações educativas significativas. Parte de um olhar atento do professor, um olhar estudioso que reflete sobre o que vê, sobretudo um olhar sensível e confiante nas possibilidades que as crianças apresentam.*



**Figura 16: Bolinha de sabão**  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

Outra acepção muito presente nas falas das professoras e que ainda trata das concepções norteadoras do processo avaliativo presente nas suas falas remete a ideia de que a avaliação da criança permite também uma avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito das instituições de educação infantil. Em outros termos, a avaliação, quando analisada na perspectiva de uma avaliação processual permite avaliar também o trabalho docente:

*“A avaliação na educação Infantil... eu acho... é muito importante pois permite saber até que ponto a criança aprendeu e o que pode melhorar” (Professora Ilma).*

*“Acredito que a avaliação na Educação Infantil é muito importante para nortear o trabalho do professor” (Professora Jocélia).*

*“A avaliação na Educação Infantil é válida desde que seja formativa, porem deverá ser mais voltada para a reflexão da pratica pedagógica, possibilitando constantemente o replanejamento das ações” (Professora Fabíola).*

*“É fundamental para o aprimoramento do trabalho da professora Elaine para nortear o que é preciso” (Professora Karolina).*

Outras professoras apontam que essa perspectiva de avaliação processual (que implica no acompanhamento dos percursos trilhados pelas crianças para o desenvolvimento) não é tarefa fácil, pois demanda de um resinificar do olhar das professoras. Conforme as docentes:

*“Eu acho muito complicado e difícil avaliar uma criança, pois diversos fatores influenciam no comportamento delas” (Professora Carla).*

*“A questão da avaliação depende muito do conhecimento e habilidade do professor, pois a percepção auxilia muito no processo de avaliação” (Professora Elaine).*

*“Na Educação Infantil [a avaliação] ainda tem cunho escolar, mas acredito que pouco a pouco esta concepção está se afinando e muitos professores estão entendendo que a avaliação na Educação Infantil deve ser contínua” (Professora Hortência).*



Aqui chama-nos a atenção a fala da professora Hortência que afirma que a avaliação ainda assume uma postura escolarizada, ou seja, ela ainda é pensada como instrumento de classificação e seleção das crianças. Lopes, Mendes e Faria (2006, p. 16) afirmam que as práticas avaliativas presentes hoje na educação infantil serviram a um determinado modelo histórico de atendimento à criança de zero a cinco anos. Segundo as autoras:

As práticas avaliativas acompanham o desenvolvimento da Educação Infantil e das funções que ela foi assumindo historicamente. Nas instituições em que a função básica é a guarda das crianças, ou seja, onde predomina a perspectiva assistencialista, não se tem encontrado a avaliação como atividade pedagógica fundamental para o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, uma vez que estes elementos não compõem o projeto educativo das instituições.

As autoras seguem enfatizando que, ao contrário, quando nos deparamos com instituições que ofertam para as crianças um trabalho educativo fundamentado em práticas bem planejadas de cuidado e educação “podemos perceber a busca de uma avaliação como mediadora entre a ação educativa e as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças” (LOPES, MENDES e FARIA, 2006, p. 16).



*Figura 17: Escolha do nome da turma pelas crianças  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Quando perguntadas sobre as formas que as professoras possuem para registrar diversos instrumentos de registro surgem nas falas das professoras. Dentre eles, há uma predominância dos registros escritos como principal forma de registro do desenvolvimento das crianças:

*“Utilizo fotos, filmagem, observação da criança e do processo escrito”  
(Professora Amanda).*

*“Eu uso fotos, vídeos, relatórios e portfólio como forma de registro”  
(Professora Beth).*

*“Avalio através da observação das crianças e das atividades, conversando com a família e anotando o seu comportamento por meio de registro. Tem também as fotografias, anotações, projetos e portfólios” (Professora Carla).*

*“Ah, eu avalio com vídeos e fotos, uma vez que eles me possibilitam registrar as atividades” (Professora Denise).*

*“Avalio por meio de observações, fotos, observações do alcance do desenvolvimento e relatórios. Também uso fotos, audiovisual, e relatórios”  
(Professora Denise).*

*“Observação com registro escrito e fotográfico dos momentos que considero mais significativos. O [registro] escrito e o fotográfico são as minhas principais formas de registro” (Professora Elaina).*

*“Ah eu faço observações, registros das interações. Eu utilizo como formas de registros o diário de bordo, a agenda, as fichas de entrevistas com as famílias, conversar com os pais, pelas atividades ministradas no decorrer da rotina” (Professora Hortência).*

*“A mesma avalia a partir da observação e da avaliação formativa por meio de registros realizados no caderno de observação do aluno” (Professora Ilma).*

*“Para avaliar eu me apoio no diário de bordo (relatos da ação pedagógica e o resultado obtido) fotos, vídeos e diagnósticos mensal” (Professora Jocélia).*

*“Diário de bordo, diagnósticos escritos, fotos e trabalhos manuais” (Professora Luana).*

Desse modo, percebe-se uma predominância das formas de registros escritos (relatórios, portfólios, atividades, diário de bordo, agendas, fichas e entrevistas, para citar apenas alguns exemplos) presentes nas falas das professoras entrevistadas. Além das formas de registro escrito outras que se baseiam nos métodos e observação (e que potencializam esse processo, como por exemplo, fotografias, gravação de audiovisual, dentre outros) aparecem logo em seguida nas falas das professoras. Outra dimensão importante que surge nas falas das professoras é que muitas delas afirmam que as fotos e os vídeos servem a elas como formas de registros que possibilitam uma melhor avaliação dos processos de desenvolvimento das crianças. De acordo com Lopes, Mendes e Faria (2006, p. 65) “as fotografias [assim como os recursos audiovisuais] são instrumentos importantes para registrar a vida do grupo [de crianças]”. Embora seja de fato recorrente o uso da fotografia por quase todas, não fica claro nas falas das docentes como as mesmas lidam com as fotografias (como catalogam, como classificam, como elas de fato servem para a avaliação, etc.).



*Figura 18: Registro da História “Chapeuzinho Vermelho”  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Se as fotografias são muito visíveis nas práticas das professoras, os vídeos não são tão presentes ou perceptíveis quando se observa a prática das professoras, embora muitas delas tenham afirmado, no âmbito das entrevistas, fazer uso desse recurso como forma de registro.



*Figura 19: Visita do Mascote da Turma do Lobo  
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Quando perguntadas sobre como, na opinião delas, os registros audiovisuais podem contribuir para o processo de avaliação do desenvolvimento das crianças, as professoras são quase unânimes em demonstrar algum tipo de potencialidade que este recurso concede ao processo avaliativo:

*“O uso do registro áudio visual pode ser um recurso a mais para a avaliação na Educação infantil. eu acho... na minha opinião, ele possibilita o planejamento de intervenções a serem implementadas. Através do vídeo é possível perceber aquilo que em um único momento seria impossível de observar para avaliar individualmente ou coletivamente as crianças” (Professora Beth).*

*“Acho os vídeos bacanas, pois eles possibilitam uma análise melhor a partir do filme, pois as vezes não é possível enxergar tudo que acontece com todas as crianças ao mesmo tempo” (Professora Carla).*

*“Acho que [o vídeo] é uma ferramenta a mais na Educação infantil. Ajuda, né, a gente a realizar um trabalho com crianças tão pequenas. É uma das poucas formas de registrar o trabalho” (Professora Denise).*

*“A gravação em vídeo pode ser mais um recurso para avaliação na Educação Infantil, pois ajuda a gente a ver o quanto a criança alcançou o desenvolvimento, sem contar que ajuda ainda na avaliação do professor e das suas atitudes posteriormente” (Professora Elaina).*

*“As filmagens das crianças em momentos de atividades dirigidas e em brincadeiras livres, são bons, porque as gravações oportunizam a gente observar o comportamento das crianças perante o que é apresentado” (Professora Guilhermina).*

*“A utilização do registro audiovisual agrega, mas que eu quase não utilizo este instrumento. Acho positivo por causa da memória, estética, uso das novas tecnologias no processo educacional dentre outras” (Professora Hortência).*

Apesar de todas afirmarem que o vídeo pode se configurar como uma potente ferramenta de registro e, consecutivamente pode ser um grande auxiliar do docente no processo de avaliação das crianças na educação infantil. As professoras alegam que necessitam de autorização para uso de imagens das crianças:

*“Acredito que o registro audiovisual pode ser um recurso para a avaliação na Educação Infantil, desde que se tenha a autorização dos pais por escrito autorizando as filmagens. O registro áudio visual possibilita visualizar a prática mais detalhada e permite rever várias vezes o desenvolvimento do trabalho, da turma e da criança” (Professora Amanda).*

*“É bom, ajuda né? Mas a gente precisa de uma autorização prévia dos pais por documento, uma vez que deve se ter cuidados para a utilização e divulgação de imagens. Eu acho que o audiovisual permite a gente fazer releitura mais reflexiva da prática pedagógica. E os pais podem apreciar os momentos avaliando sua própria contribuição” (Professora Fabíola).*

*“O audiovisual ajuda muito como forma de registro, mas tem que ser consentido pela criança, autorizado pela família e contemplado na proposta pedagógica da instituição. O uso desse recurso deve ser bem específico a fim de ilustrar o objetivo de determinada atividade, pois o uso das tecnologias audiovisuais tem infinitas finalidades, sendo assim, é preciso focar o que e como fazer. No caso de um projeto em andamento, esse recurso poderá mostrar as expectativas dos envolvidos, o processo de trabalho e os objetivos alcançados” (Professora Jocélia).*

*“O uso do vídeo pode ser mais um instrumento para avaliação desde que se tenha a aprovação da família e da direção da escola. É bem pratico e até atrativo” (Professora Luana).*

Do nosso ponto de vista, é correta a preocupação das professoras quanto ao uso de imagens das crianças. Para as docentes, esse instrumento, para ser incorporado ao cotidiano da instituição, depende ser acordado pelo coletivo da instituição e ter também a autorização e consentimento dos pais e familiares das crianças para implantar definitivamente esta prática de registro no processo avaliativo na UMEI



Grajaú. Cabe ressaltar a postura da professora Jocélia que afirma que além da autorização dos pais e do acordo com a instituição, o uso das imagens deve ser consentido pela criança.



Figura 20: Portfólio individual outra forma de registro  
*Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora*

Ao serem perguntadas sobre os pontos negativos que elas viam sobre o uso dos registros audiovisuais como auxiliar na avaliação das crianças do primeiro ciclo da Educação Infantil, as professoras demonstram, em certo sentido, os alcances dessa ferramenta. as docentes novamente ressaltam a discussão anterior de ser necessário ser discutido e acordado essa metodologia com as famílias e com a instituição como um todo:

*“Sem autorização dos pais corre o risco de outros terem acesso aos vídeos”  
(Professora Amanda).*

*“Como aspecto negativo eu acho que são os transtornos que a filmagem pode causar se não for autorizada previamente pelo responsável e se as imagens forem utilizadas para prejudicar os colegas, pois as imagens podem oferecer inúmeras interpretações, tudo dependerá do olhar avaliativo” (Professora Fabíola).*

*“O negativo é, na minha opinião, o uso indevido, sem objetivos educacionais por parte do professor. E também, né, o uso da imagem sem autorização dos envolvidos, crianças, professores, funcionários e mesmo a família” (Professora Hortência).*

Outras professoras apontaram como outro limite do uso das filmagens como forma de registro a falta de destreza e ou a necessidade de se ter outra pessoa na sala que realize a operacionalização da filmadora:

*O ruim é que é necessário ter uma pessoa pra te auxiliar na sala de aula (Professora Carla).*

*“O difícil de usar o vídeo é que nem sempre se tem a oportunidade de filmar por estar executando outras atividades” (Professora Guilhermina).*

Em suma, percebemos que as professoras, embora considerem que o uso do filme se configura como uma estratégia eficaz de registro e avaliação do desenvolvimento das crianças e que seu uso poderia auxiliá-las na prática pedagógica por elas desenvolvidas na UMEI Grajaú, as docentes afirmam que as filmagens devem ser incorporadas no Projeto pedagógico da instituição de educação infantil e, antes de sua efetivação deve ser negociado e acordado com os pais e familiares.



#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa proposta é relevante na medida em que o tema ainda é controverso na Educação Infantil, pois nesta etapa da educação, não temos a avaliação como condição para a progressão da criança, o que ainda é considerado objetivo geral da avaliação em nossa sociedade. Ressaltamos também que a utilização de recursos audiovisuais simplesmente não implica em construção de conhecimento, pois o mesmo deve estar associado a planejamento e projetos conscientes a partir da relação ensino-aprendizagem.

Dessa forma, significa dizer que a avaliação é parte do processo educativo, onde todos os envolvidos acompanhem o processo de aprendizagem da criança, observando suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades de avanço ao longo do processo educativo.

O dinamismo hoje presente na Educação Infantil, ao mesmo tempo em que tem criado esperanças, invoca a necessidade de ampliação dos processos de formação continuada para qualificar as práticas pedagógicas, com a finalidade de garantir qualidade do atendimento atribuindo significados à prática docente para que a criança possa ser inserida no contexto social, físico e humano ao qual está inserida, não mais como um ser passivo, mas sim um sujeito de direitos, direito de construir, reconstruir, inventar, reproduzir histórias, bem como produzir culturas.

Conclui-se que o uso dos recursos audiovisuais como forma de avaliação na Educação Infantil está diretamente ligado ao processo de ensino/aprendizagem. O projeto evidenciou, portanto, as possibilidades de interação e colaboração que emergem da utilização dos recursos audiovisuais na avaliação como forma de

registro, como uma ferramenta de ensino, provocando novos olhares sobre a prática pedagógica. Proporcionou, ainda novas experiências acerca de metodologias de ensino sendo mais um instrumento de avaliação e registro para as crianças de 0 a dois anos.

Os registros do trabalho realizado pela autora do presente estudo na turma de dois anos foram realizados por meio do recurso audiovisual de vídeos e fotografias que foram editados e divididos em dois DVDs que foram entregues aos pais ao final do primeiro e do segundo semestre do ano de 2014.

Conclui-se ser preciso registrar, fotografar, filmar, utilizar-se dos recursos audiovisuais objetivando sempre uma reflexão sobre a praxe pedagógica e uma avaliação contínua a fim de avaliar não só as crianças, mas também o seu percurso. Os registros audiovisuais devem ser compartilhados entre todos os envolvidos na prática mediante autorização prévia para fins estritamente pedagógicos. Muito se tem a avançar, afinal educar demanda tempo e paciência na busca de aulas mais interativas e inovadoras.

## 5 – REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. *Resolução CME/BH n°01/00*, de 11 de novembro de 2000.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. N.º 9.394, de 1996. Versão atualizada. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Volumes 1, 2 e 3. Brasília: MEC-SEF, 1998.

BRASIL. *Parecer CNE-CEB n°20/09*.

BRASIL. *Resolução CNE-CEB n°05/09*, de 15 de dezembro de 2009.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: BRASIL. Ministério da educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. *POR UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL*. Brasília, 1994. p.p. 32 – 42.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: EGA, 1996.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista*.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 2000. 88p.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. Coleção PROINFANTIL; Unidade 3 – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. 74p.

MARTINS, Mírian Celeste, PICOSQUE, Gisa e GUERRA, Maria Terezinha Telles. *A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte*. FTD SP: 1998.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (Org.). *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Isabel de Oliveira e; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. *EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: direitos, finalidades e a questão dos profissionais* – Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2008. 46 p.

SOUZA, Claudenice Costa de. *Instrumentos avaliativos na educação infantil*. In: Avaliação na Educação Infantil. Barreiras-BA. Universidade do Estado da Bahia - UNEB, 2005. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1637438>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa e ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.